

EIXO: 5. Educação, Diversidade e Justiça Social

Modalidade: Trabalho Completo

PRÁTICAS DOCENTES EM SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

XAVIER, Suzana Maria Webber¹ - UNIPLAC

BERNARDI, Elza Maria² - UNIPLAC

MAIA, Andréia Vieira³ - UNIPLAC

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

A inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais na educação escolar é um direito garantido pela legislação. O acesso e permanência na escola é um direito assegurado para todos os educandos e entre eles, estão os alunos com necessidade educacionais especiais. Esse artigo parte da pergunta: Quais são as práticas dos professores em salas de atendimento educacional especializado e como estas contribuem com os alunos que apresentam deficiência intelectual na educação infantil do município de Lages – SC? Objetiva analisar a práxis docente em sala de atendimento educacional especializado com alunos que apresentam deficiência intelectual. Tem como objetivos específicos: identificar o processo de ensino/aprendizagem de alunos com deficiência intelectual na educação infantil; conhecer a prática pedagógica de professores em sala de aula e salas de atendimento educacional especializado e evidenciar a importância da formação do professor na concretização da proposta educacional inclusiva. O estudo é de abordagem qualitativa, adota a metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada. Como base referencial, faz uso de autores: Freire (2001); Ceccim (1993); Fonseca (1995); Jacobi (2003); Mantoan (2001); Stainback (1996); Fonseca (1995); Arruda e Portal (2012); entre outros. Espera-se que o trabalho contribua para novas pesquisas na área e mudanças de práticas pedagógicas de docentes que favoreçam a educação inclusiva.

Palavras-Chave: Práticas Docentes. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Salas de Atendimento.

Considerações Iniciais

A educação é um espaço de condutas, de conhecimentos inter, trans e multidisciplinar, que se entrecruzam em um comprometimento cada vez mais de profissionais na área da educação em específico da educação inclusiva. A sociedade é composta pela diversidade de pessoas,

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação - PPGE da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – Lages - SC. E-mail: suzanawx@hotmail.com

² Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – Lages - SC. E-mail: elza_bernardi@hotmail.com

³ Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – Lages - SC. E-mail: radijamaia@hotmail.com

neste sentido, na escola, a diversidade está presente e por respeito ao específico de cada aluno é necessário que o professor os conheça para atender a cada um de acordo com suas necessidades.

A educação inclusiva representa hoje o grande desafio da escola brasileira, trata-se de uma prática que vai além do modismo ou um simples adjetivo/acessório da educação considerando que envolve a reconstrução do sistema de relação entre pessoas e sociedade, pois significa tornar a escola um local democrático, seja em termos de acesso e permanência, bem como por meio das práticas pedagógicas dos professores atendendo as diferenças individuais de cada educando.

O sucesso da inclusão do aluno com deficiência intelectual decorre em grande parte, da formação do educador e da adequação da sala de atendimento educacional especializado para a realização das atividades escolares que contemplem a diversidade de alunos.

A organização escolar passa pela responsabilidade de todos os membros da comunidade na construção de uma realidade educacional, em vista da concretização da escola democrática e inclusiva, aos olhos de pais, alunos, educadores e sociedade como um todo.

Ao identificarmos o sentido da diferença, reconhecemos e valorizamos o potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. A educação brasileira apresenta dificuldade para apropriar-se de uma concepção abrangente da deficiência intelectual, e de compreender quais seriam as compensações educativas, possíveis de igualarem o direito e oportunidade, na esfera educacional. A inclusão na educação possibilita a alunos e professores aprenderem juntos com atitude de co-responsabilidade.

O presente estudo tem como objetivo geral: analisar as práticas dos professores em salas de atendimento educacional especializado de alunos com deficiência intelectual na educação infantil do município de Lages e como objetivos específicos: Identificar o processo de ensino/aprendizagem destes alunos; conhecer a prática pedagógica dos professores em salas de atendimento educacional especializado e evidenciar a importância da formação do professor para a concretização da proposta educacional inclusiva.

A pesquisa trabalha com a metodologia de abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada. As entrevistas são com cinco professores dos Centros de Educação Infantil do município de Lages. O embasamento teórico se dá com autores que contribuíram para o enriquecimento científico da pesquisa, tais como: Freire (2001); Ceccim (1993); Fonseca (1995); Jacobi (2003); Mantoan (2001); Stainback (1996); Fonseca (1995); Arruda e Portal (2012); entre outros.

Acredita-se que esta pesquisa possibilita melhorias nas práticas pedagógicas de professores com os alunos, e que a inclusão e a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na escola, decorrem da formação do educador e da adequação do processo escolar à diversidade dos alunos.

Contextualizando as práticas docentes na Educação Inclusiva

O Brasil possui na contemporaneidade, uma política educacional que define como estratégia a implantação de um processo de transformação das escolas, possibilitando a presença de

alunos com diversidade de características, condições e necessidades. De acordo com Arruda e Portal (2012, p. 200), “a educação é um fato eminentemente histórico, suas modificações vão aparecendo na proporção em que os modelos adotados se revelam inadequados para satisfazer as necessidades emergentes”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), prevê no Artigo 12, inciso I, que, «os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Isso significa que a escola tem autoridade para elaborar o seu projeto político pedagógico que inclui no processo educativo a diversidade de deficiências. Sendo assim, no que se refere à inclusão, a escola elabora sua proposta pedagógica de forma a atender o aluno com necessidades educacionais especiais.

A educação escolar possibilita a criança com necessidades educacionais especiais ou não, a construir sua personalidade e autonomia e a obter uma visão de mundo. As condições do desenvolvimento da criança com deficiência intelectual também estão vinculadas ao meio em que vive. A diferença é que o aluno «dito normal» consegue encontrar soluções para realizar-se, enquanto que o aluno com necessidades educacionais especiais, por vezes, depende da qualidade das relações que possui com os pais, com os professores e/ou com as pessoas que estão ao seu redor.

A inclusão na educação escolar do aluno com necessidades educacionais especiais decorre da preocupação, da formação das pessoas envolvidas com essa problemática, e sua mediação junto ao educando.

No movimento pela inclusão de alunos especiais no ensino regular, a Constituição Brasileira de 1988, define que a educação é um direito de todos. O Art. 208, III, “estabelece o direito à pessoa com deficiência à educação, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ficando assim determinado o acesso à educação como um direito inquestionável em qualquer nível e modalidade de ensino. “Todas as pessoas têm o direito de frequentar a escola com deficiência ou não” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 reafirma esse direito aos alunos com necessidades educacionais especiais, no Artigo 59, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2001, p. 55-56).

A educação inclusiva conta ainda com a declaração de Salamanca, assim como a convenção de Jomtien, as quais contribuíram no substrato principal para a formação do Parecer 017 CNE/CEB, que por sua vez, serviu de base na elaboração da Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001 que organiza e operacionaliza os sistemas de ensino para o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

[...] Proporcionou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial dentro da estrutura de “educação para todos”, firmada em 1990 [...]. Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (SANTOS, 1997, p. 23).

No que diz respeito ao conceito de necessidades educacionais especiais, Santos, (1997, p. 26), afirma que “[...] durante os últimos quinze ou vinte anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve de ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por motivo que for”.

Dessa forma, o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças com deficiência, aquelas que experimentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola. O princípio básico da escola inclusiva é de que, toda criança tem direito à educação e a ela pode ser dada a oportunidade de aprender, levando-se em conta a vasta diversidade de características e necessidades individuais. A escola pode ser um dos agentes de promoção social, por isso, a educação:

[...] é um direito humano e o indivíduo que é integrante nesse contexto deve se fazer parte da escola, propiciando-lhe um ensino inclusivo - independentemente de seu talento, necessidades especiais, origem socioeconômica ou cultural - em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades sejam atendidas, beneficiando alunos, professores e a sociedade. Educar todos os alunos juntos proporciona-lhes oportunidade de preparação para a vida em comunidade (STAINBACK, 1996, p. 21).

Cabe aos educadores incentivar, apoiar a inclusão no sentido de amparar aqueles a quem consideram especiais, para estarem inseridos no contexto educacional.

Segundo Stainback (1996, p. 21),

Os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com as escolas, professores, alunos, e a sociedade. A facilitação programática e sustentadora da inclusão na organização e nos processos das escolas das salas de aula é um fator decisivo no sucesso.

Pensar a inclusão como uma possibilidade concreta é contribuir para a promoção da cidadania, e mais do que isso, para a promoção da dignidade humana. De acordo com Jacobi (2003, p. 199) “o desafio da construção de uma cidadania ativa configura-se como elemento determinante para a constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos, portadores de direitos e deveres e, que assumam a importância de novos espaços de participação”. A segregação gera danos aos sujeitos, e é vista como prejudicial e alienante.

Os alunos ditos “normais” pouco valorizam a diversidade, a cooperação, e o respeito pelas diferenças. O ensino inclusivo dá a oportunidade aos alunos com necessidades Educativas Especiais de desenvolver habilidade e interagir com seus pares no “mundo real”, e ao mesmo tempo oferecendo aos professores oportunidades de desenvolver suas habilidades profissionais em ambientes amistosos de colaboração e apoio entre si, planejando, conduzindo, pesquisando, melhorando suas habilidades profissionais transformando a educação (STAINBACK, 1996, p.25).

A inclusão é mais que um modelo educacional, é um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais aceitável.

Para ter uma prática educativa voltada para todos, faz-se necessário o engajamento de todos os envolvidos na educação. Num passado, não muito distante, e mesmo em dias atuais prevaleceu a visão de que,

[...] os professores que trabalhavam nas turmas de educação especial tinham uma preparação especial para o trabalho. Alunos com Necessidades Especiais e os professores especializados estavam em uma rede regular, mas de muitas maneiras não eram parte dela, promovendo o desenvolvimento da educação especial e regular mais como linhas paralelas do que convergentes (STAINBACK, 1996, p. 38).

A sociedade, de um modo geral, necessita aprender a conviver e respeitar as diferenças, e a escola, enquanto instituição formadora pode trabalhar essa questão, desenvolvendo desde cedo a consciência dessa realidade.

Sob o aspecto físico e psicológico as pessoas são únicas, ou seja, cada ser humano é diferente entre si, mas quando as pessoas se deparam com deficiências mais visíveis, como mental, visual, etc., estas se distanciam, despertando sentimentos variados entre os ditos “normais” (FONSECA, 1995. p. 101).

Mesmo respeitando a individualidade de cada um, para o docente não é aceitável que se distancie dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Segundo Fonseca (1995, p. 102), “muitas pessoas tem a ideia errônea de que indivíduos com algum tipo de deficiência são incapazes e pouco produtivos, que necessitam eternamente de serviços assistenciais. Diante disso, a sociedade os coloca como incapazes e dependentes”. A resposta a esta ideia pode ser encontrada na história das sociedades, principalmente nos aspectos relacionados à política.

As instituições precisam ser lugares onde se aprende, mediante a prática cotidiana, a analisar como e “por que as discriminações surgem que significado deve ter as diferenças coletivas e, é claro, individual” (SANTOS, 2000, p.7).

Sob este prisma não podemos ficar indiferentes às diferenças ou desatentos à diversidade de que nos cerca.

Encorajar os alunos a ignorar as diferenças não é só um objetivo realista, nem desejável. As crianças percebem bem as diferenças entre si e não lidar diretamente com elas transmite a ideia de algo que não pode ser comentado. Os professores devem discutir com as crianças estas questões, pois ao contrario servirão de “cochichos e risadas” o que contribui para a exclusão e o isolamento (STAINBACK, 1996, p. 288).

Para a superação do preconceito não podemos negar a diferença, pois na verdade não somos “iguais”, como preceitua a política educacional, pois “ser diferente é ser livre de qualquer tipo de estereotipo, estigma ou qualificação” (BUENO, 1993, p. 26).

O caminho é lento e trabalhoso, eis algumas rotas:

A coragem de olhar de frente para a diferença, a deficiência, a possibilidade de conviver com a semelhança, a não cobrança, o molde estabelecido, a existência da alternativa do deficiente ser uma pessoa comum. Devemos pensar que somos uma comunidade e não podemos abandonar as pessoas por causa de suas diferenças (STAINBACK, 1996, p. 289).

Organizar na escola turmas que honrem e respeitem as crianças com todas as suas diferenças é um desafio contínuo, difícil, mas fundamental para desenvolver a habilidade de moldar a escola para que seja inclusiva.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais, num contexto comum de ensino, como também, habitualmente em grande parte da educação denominada especial, tem se centrado na discussão sobre a deficiência, no entanto nega e desconhece, ao mesmo tempo, a existência das múltiplas identidades sociais e culturais que eles possuem.

Não é suficiente que uma criança com necessidades educacionais especiais possa frequentar a escola regular, para que se encaminhe e se realize um processo de inclusão. A inclusão é o compromisso de produzir cultura, de compreender capacidades expressivas que não tinham sido previstas e elaborar planos de trabalho passíveis de avaliação, centrados na especificidade de cada um.

Assim, a inclusão significa um compromisso difícil de realizar numa escola que não atende as exigências da legislação para com a educação inclusiva bem como, a ausência de professores habilitados.

O Ministério da Educação Brasileira, por meio da Secretaria de Educação Especial (1996) afirma que:

É preciso que os profissionais de educação tenham acesso ao conhecimento produzido na área da educação e da cultura em geral, para repensarem sua prática, se reconstruir enquanto cidadão e atuarem enquanto sujeitos da produção de conhecimento. É para que possam, mais do que “implantar” currículos ou “ampliar” propostas à realidade da creche/pré-escola em que atuam, efetivamente participar da sua concepção, construção e consolidação (BRASIL, 1996, p. 11).

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e de práticas construídas ao longo do tempo. A inclusão não é, e nunca foi uma tarefa fácil, tanto por parte do aluno a ser incluído, bem como do grupo que irá receber esse aluno, além dos educadores. A tentativa de inclusão é válida principalmente quando o educador compreende, reflete e se coloca na posição do outro.

Segundo Kosik (1976, p. 18), “a diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em os homens e as mulheres mudarem e transformarem a natureza, enquanto realidade humano-social, porque ele próprio é o produtor desta última realidade”.

Hoje a Educação Inclusiva é mais um dos desafios que o educador enfrenta na escola brasileira. A heterogeneidade dos grupos possibilita os mesmos espaços para a ampliação das potencialidades e capacidade cognitivas. Este é um dos princípios básicos da orientação teórico-metodológico da política de inclusão, hoje defendida por adeptos da teoria sócio-histórica, que tem em Vygotsky o seu principal representante. Ele orienta que, levando-se em consideração o fato de termos nas salas de aula um grupo de alunos de diferentes possibilidades, exige-se esta aprendizagem de forma coletiva e diferenciada dos moldes atuais de compartimentalização da escola padrão.

Segundo Ceccim grande parte dos professores da escola, do ensino regular não estão preparados para trabalhar com a diversidade, com pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Outros professores não estão abertos a esta preparação e nem querem aprender. Afinal, existem professores especializados em educação especial, é deles está competência. Percebe-se, ser este, talvez, um dos maiores entraves na política inclusiva.

Para o autor acima citado,

O primeiro passo para quebrar essa dicotomia, entre a formação especializada dos professores que atuam na educação especial e a formação de professores da educação comum, esta em reconstruir a formação específica para professores específicos e procurar construir a inclusão do “específico”, “especial” em todos os momentos de formação contínua de todos os professores (CECCIM, 1993, p. 15).

Logo, os temas referentes à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais procuram fazer parte de todos os cursos de formação de professores em suas diversas modalidades. Se os professores se atualizam e aprendem para maior aprendizagem dos alunos, então que esta formação seja para favorecer a todos os alunos. Ao mesmo tempo, quando da realização de cursos específicos para professores da educação especial, procura-se incluir os temas referentes a educação “comum”. Assim, neste processo, os professores da educação regular se fazem especializados em aprendizagem ao dominar o “especial” necessário para que a aprendizagem aconteça para todos na rotina complexa da escola.

Sobre a formação do educador destaque-se o ponto de vista de Arruda e Portal (2012, p. 203):

A formação do professor fundamentada em experiências vivenciadas no cotidiano da docência interfere diretamente na prática pedagógica. Para que ocorra uma verdadeira transformação da prática do professor, é preciso buscar novas e diferentes teorias de ensino e de aprendizagem e investir nas estruturas que afetam a dinâmica da sala de aula.

A inclusão representa uma força para a renovação da escola. Neste sentido, alunos, professores e diretores, que estão envolvidos no trabalho cotidiano de incluir alunos com deficiência, apresentam uma força cultural poderosa.

Na maioria das reformas de reestruturação, imagina-se que novas estruturas resultem em novos comportamentos e culturas, mas na maioria não consegue isso. Não há dúvidas sobre um relacionamento recíproco entre a mudança estrutural e cultural, mas ele é muito mais poderoso quando os professores e os diretores começam a trabalhar de novas maneiras apenas para descobrir que as estruturas escolares estão inadequadas para as novas orientações e devem ser alteradas (STAINBACK, 1996, p. 49).

A renovação da escola acontece nos aspectos estruturais e na sua prática pedagógica, pois segundo Freire (2001, p. 39), “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”.

A inclusão necessita ser entendida como a transformação do ensino regular, do aprimoramento de suas práticas. Todo atendimento segregado, seja ele provisório ou definitivo, deriva do paradigma educacional em que se fundamenta a educação especial, ou seja, de um sistema organizacional que admite a exclusão, parcial ou total do aluno deficiente e o trânsito deste ensino regular para o especial ou vice-versa.

Nem todas as escolas dão conta de assumir as mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças, pois nem sempre atendem à diversidade, porém com uma estrutura curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretor, pais, alunos e todos os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere, fará com que o projeto escolar inclusivo se concretize.

Moran (2006) aponta a necessidade de uma reformulação ampla do cenário educacional, o que implica repensar elementos tais como a formação de seus profissionais, estrutura física das escolas, proposta pedagógica, políticas educacionais, entre outros, os quais precisam ser modificados para atenderem a essa nova demanda formativa, para Moran (2006, p. 36):

A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos.

Moran (2006) propõe um “desestabilizar” de todos os envolvidos com o processo educacional. Será fundamental sair de posições cômodas e promover a mudança necessária. Obviamente não é fácil mudar, mas necessário, principalmente, quando se tem uma nova proposta, ou seja, a de uma escola inclusiva.

Sendo assim é possível reconhecer que as inovações educacionais abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os reconhecimentos e o esforço feitos para adquiri-los. De acordo com Mantoan (2001, p. 27),

[...] o mistério do aprender e a aventura do conhecimento é que valorizam a profissão de ensinar, pois nos fazem humildes em relação ao que não sabemos do novo, a criança que nos chega a escola, em cada turma, que possui alguma deficiência, com dificuldades, o aluno inteligente, o menino de rua, o aluno do supletivo e, ao mesmo tempo, são os alunos que nos fazem profissionais apaixonados, inquietos que precisam decifrar esses misteriosos seres, que nos provocam encontro com um outro desconhecido, que nos colocam em perigo e que mostram os nossos limites, mas que nos fazem ir além de nós mesmos. A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: que não é mais um indivíduo qualquer.

Para Freire (2001, p. 26), “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender».

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício dos alunos com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos professores em geral.

Uma das reações mais comuns é afirmar que os professores não estão preparados para enfrentar as diferenças, nas salas de aula. Estar preparado significa ter disposição para incluir o aluno em questão e isso requer uma fundamentação teórica sólida.

Sejam quais forem às limitações do aluno, não podemos ampliá-las ainda mais adaptando currículos, rebaixando o nível de nossas expectativas com relação à sua potencialidade para enfrentar uma tarefa mais complexa diferente, como se pudéssemos saber, de antemão, o que uma pessoa é capaz de captar de uma situação, de um objeto, de um momento educacional.

Apesar de estar clara a necessidade da formação de qualidade do professor, formação essa, fruto de cursos que privilegiem conteúdos que venham contribuir para uma educação para todos e formação continuada, Mantoan (2001, p. 117) diz que,

[...] no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais. A tendência é se refugiarem no impossível, considerando válida a proposta de uma educação de qualidade para todos, porém, utópica e impossível de ser concretizada com muitos alunos nas turmas e nas circunstâncias em que se trabalha hoje, principalmente nas escolas públicas.

Os professores que tem atuação em sala de aula, em sua maioria, são frutos de uma formação que privilegiou uma concepção tradicional de educação. E, apesar de cursos de formação continuada, a prática desses professores continua enraizada em sua formação inicial.

Neste sentido a escola para todos requer uma formação que privilegie a discussão aprofundada sobre as competências necessárias ao professor para que este seja capaz de trabalhar com a diversidade em sala de aula. O professor tem como papel fazer com que o aluno sinta-se incluído na escola e classe matriculada. Mediante a isso procura estar apto para trabalhar com todas as individualidades, visando uma evolução do aluno fazendo com que este se sinta valorizado.

Para Mantoan, (2001, p. 33)

As crianças não são iguais em ambientes de sala de aula, ainda que possam ser vistas e tomadas como tais. O olhar nivelador dos professores é que condiciona e as limita. Esse olhar não percebe as diferentes formas de manifestação da vida nesses grupos sociais, a riqueza de suas expressões e criações, a valorização ética de suas lutas [...] supõe necessariamente a superação do segregacionismo, dos estigmas e dos preconceitos [...] A omissão do professor, enquanto agente educativo, e da própria escola, enquanto instituição, revela uma atitude segregacionista.

O fato de os professores fundamentarem as práticas e os argumentos pedagógicos no senso comum é uma barreira que impede a explicitação dos problemas de aprendizagem. Esta dificuldade pode mudar a trajetória escolar dos alunos que muitas vezes, são encaminhados indevidamente para as modalidades de ensino especial e outras opções segregacionistas de atendimento educacional. Daí a necessidade da fundamentação teórica/científica e prática atualizada.

O professor na sua prática pedagógica, não pode ser omissor ao novo, mas encará-lo como desafio da sua própria formação. Só assim estará auxiliando o educando a tomar consciência

da presença dos valores em seu comportamento e em relação aos outros, participando desta forma, do processo de construção que esses valores denotam o que podemos chamar de uma busca de autonomia.

O professor, encarando o avanço tecnológico, jamais poderá se sentir impossibilitado em conhecê-lo, mas procurar sempre meios para aliar-se, fazendo da tecnologia uma ferramenta importante e indispensável para seu trabalho. Pois a comunicação ocupa um campo cada vez mais abrangente na transmissão e informação de conhecimento. Para tanto, o professor busca constantemente atualização.

Mediante a isso é viável que ocorra com urgência uma ressignificação da escola e dos métodos de ensino e aprendizagem, onde o professor constitua-se meio de reflexão, contribuindo para a construção do aluno cidadão.

É difícil a inovação, pois nos faz sair de uma rotina, que o aluno quando acostumado à ela, não questiona. Porém, o professor tendo consciência de sua função entende e passa a ver a novidade como parceira no processo do aprender a aprender. O comprometimento, no entanto, dispensa qualquer método, porque assim sendo, a prática pedagógica estará sempre centrada no viés certo. A concepção de aprendizagem passa a ser o resultado de uma visão do ser humano, e é em razão desta visão que deve acontecer esta prática pedagógica.

O professor é quem educa e orienta prepara os alunos para a cidadania, fazendo com que todos os envolvidos nesse processo se sintam responsáveis, portanto busca utilizar ferramentas importantes na composição do conhecimento.

Para a prática de uma educação para todos é necessário que o profissional seja capaz de identificar potencialidades e dificuldades em seus alunos buscando soluções metodológicas, capazes de dar conta dos objetivos da educação.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca novos paradigmas em relação à formação dos professores para o redimensionamento das práticas pedagógicas.

A formação continuada assegura ao docente o preparo de que necessita para ensinar todos os alunos e a concebe como mais um curso de extensão, de especialização com uma terminalidade e com um certificado que convalida a capacidade de efetivar a inclusão escolar.

Atualmente, há em nossa legislação leis que contemplam a igualdade de oportunidades, essas leis determinam que todos tenham os mesmos direitos de acesso à educação, prescrevendo que não pode haver preconceitos ou discriminações de qualquer espécie, assim como determinando que todos necessitam ser respeitados na sua individualidade.

Essas mudanças, porém, ainda necessitam concretizar-se, tanto no âmbito da sociedade, que ainda convive com práticas discriminatórias nos mais diferentes sentidos, como também nos espaços educacionais, uma vez que pensar a inclusão é pensar na conquista e no exercício da cidadania.

Nesse sentido, a escola tem como princípio o ato educativo intencional, fundamentado no respeito das diferenças individuais produzindo uma forma diferenciada de educação, tendo a possibilidade de trabalhar a partir da consciência, da particularidade que se coloca na diversidade, sendo um desafio para que consiga efetivar os preceitos de igualdade para todos.

Considerações Finais

Atualmente, a legislação em relação à educação inclusiva, contempla a igualdade de oportunidades, e determina que todos têm os mesmos direitos e acesso à educação, prescrevendo que não pode haver preconceitos ou discriminações de qualquer espécie, todos necessitam ser respeitados na sua individualidade.

Para que a igualdade de oportunidades se concretize no âmbito da sociedade, que convive com práticas discriminatórias nos mais diferentes sentidos, como também nos espaços educacionais é imprescindível que as leis sejam colocadas em prática, uma vez que pensar a inclusão é pensar na conquista e no exercício da cidadania. A escola é um dos espaços onde o indivíduo adquire saberes que lhe permitam reconhecer seus direitos.

Nesse sentido, a escola tem como princípio o ato educativo intencional, fundamentado no respeito das diferenças individuais produzindo, uma forma diferenciada de educação, tendo a possibilidade de trabalhar a partir da consciência da particularidade que se coloca na diversidade, sendo um desafio para que consiga efetivar os preceitos de igualdade para todos.

A pesquisa demonstrou que um dos desafios para a educação inclusiva é a efetiva formação de professores; outro desafio é o desconhecimento da legislação e, que a inclusão de aluno com necessidades educacionais especiais na sala de ensino regular, na verdade, não ocorre, pois, o mesmo está integrado na sala o que não significa que esteja incluído.

O estudo revela a importância da preparação dos professores, para exercer o seu papel como educadores nas salas multifuncionais, a fim de atender o educando com necessidades educacionais especiais. A formação de professores contribui para que a inclusão de forma efetiva, alcance seus objetivos de acordo com o esperado não só pelas famílias, mas também por todos os envolvidos em sua educação e no convívio diário.

Assim, os resultados evidenciados mostram a necessidade de novos estudos e de um (re)pensar sobre a inclusão e os parâmetros que a cercam a fim de colaborar para a elaboração de propostas e formas de aplicação da inclusão para atender os educandos com necessidades educacionais especiais.

Referências

ARRUDA, Marina Patrício; PORTAL, Leda Lisia Françosi. **Saberes e fazeres docentes: o dilema da reforma do pensamento e da prática pedagógica do educador do século XXI**. Florianópolis, v. 13, n. 01, p. jan./jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Brasília: Ministério da educação e do Desporto, 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo Educ. 1993.

CECCIM, Ricardo Brug. **Ninguém igual é mas todo mundo pode se tornar especial**. Cadernos de Autoria e Companhia. Porto Alegre: Divisão de Assistência ao Educando. Secretaria Municipal de Educação, v.1, n.1, 1993.

FONSECA, Vitor da **Educação Especial**. Programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. 2 ed. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 1995

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa, 17 ed. 2001, São Paulo, Editora Paz e Terra.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-2005, mar.2003.

KOSIK, Karel. **O mundo da Pseudoconcreticidade e a sua Destruição**, p.18. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2001.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *IN*: MORAN, José Manuel; MASSETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 12^a Ed. Campinas, SP: Papirus, 2006

SANTOS, M .P .dos. **Educação inclusiva e a declaração de Salamanca**: consequências do sistema educacional brasileiro. Integração. a. 10. n. 22, 2000

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Inclusão uma guia para educadores**. São Paulo: Arimed, 1996.